

CARLOS VALDER DO NASCIMENTO

EXECUÇÃO DA PENA  
EM SEGUNDA INSTÂNCIA

FUNDAMENTOS DE SUA  
INCONSTITUCIONALIDADE

Belo Horizonte



2018

© 2018 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

## Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:  
Direito penal 345  
Direito penal 343

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

N244e Nascimento, Carlos Valder do

Execução da Pena em Segunda Instância: fundamentos de sua Inconstitucionalidade / Carlos Valder do Nascimento. - Belo Horizonte : Fórum, 2018.

111 p. ; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-85-450-0505-6

1. Direito penal. 2. Execução da pena. 3. Segunda Instância.  
4. Inconstitucionalidade. I. Título.

CDD 345  
CDU 343

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NASCIMENTO, Carlos Valder do. *Execução da pena em segunda instância: fundamentos de sua inconstitucionalidade*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 111 p. ISBN 978-85-450-0505-6.

## SUMÁRIO

---

APRESENTAÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1	
ASPECTOS CONCEITUAIS ACERCA DA LEI E DO DIREITO .....	15
1.1 Conectividade entre a lei e o direito.....	15
1.2 Leis extravagantes dificultam a exegese.....	16
1.3 Regras, princípios e valores jurídicos fundamentais .....	17
1.4 Tratados e convenções internacionais.....	20
CAPÍTULO 2	
PROTAGONISMO JUDICIAL DO PROCESSO PENAL SEM BASE LEGAL.....	23
2.1 Ampliação do objeto do libelo acusatório .....	23
2.2 A súmula como fundamento do processo decisório .....	24
2.3 Desigualdade da paridade de armas: acusação <i>versus</i> defesa.....	25
2.4 A democracia, a soberania popular e o procedimento .....	28
2.5 A sentença penal condenatória e suas consequências .....	30
2.5.1 A questão Lula está sobrestada enquanto o STF não decidir prisão após segundo grau.....	36
2.5.2 A prisão processual de Lula não determinada no acórdão.....	39
CAPÍTULO 3	
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA EXECUÇÃO DA PENA EM SEGUNDA INSTÂNCIA .....	43
3.1 A concepção de Leonardo Isaac Yarochevsky.....	43
3.2 A concepção de André Luis Callegari .....	44

3.3	A concepção de Luigi Ferrajoli .....	45
3.4	A concepção de Antônio Carlos de Almeida Castro .....	46
3.5	A concepção de Lenio Luiz Streck.....	47
3.6	A concepção de Flávio Dino .....	48
3.7	A concepção de Frederico Rocha Ferreira.....	50
3.8	A concepção de Douglas Rodrigues da Silva.....	51
3.9	Carta internacional dos advogados.....	52

#### CAPÍTULO 4

A LEI DA FICHA LIMPA E A INELEGIBILIDADE.....		55
4.1	A execução da pena em segunda instância .....	55
4.2	Do órgão colegiado e a inelegibilidade .....	58
4.2.1	A Lei da Ficha Limpa .....	58
4.2.2	A questão semântica do termo “colegiado” .....	60
4.2.3	Inelegibilidade.....	61
4.2.4	A situação de estrutura jurídica que envolve o caso Lula .....	62
4.3	Acesso dos investigados aos tribunais superiores.....	63
4.4	Sem provas não se pode condenar ou culpar alguém .....	64

#### CAPÍTULO 5

O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA .....		67
5.1	Presunção de inocência e <i>status dignitatis</i> .....	67
5.2	Presunção de culpabilidade e <i>in dubio pro reo</i> .....	68
5.3	Presunção de inocência e execução antecipada da pena .....	70
5.4	A presunção de inocência como garantidora de direitos fundamentais.....	73
5.5	O núcleo imodificável do texto constitucional .....	75

#### CAPÍTULO 6

O DEVIDO PROCESSO LEGAL .....		79
6.1	O caráter de parcialidade do julgamento .....	79
6.2	Cerceamento do direito de defesa .....	83
6.3	Somente o rito processual não garante o contraditório .....	83
6.4	A acusação reescreve o roteiro da obra de Franz Kafka .....	85
6.5	Supressão de instâncias jurídicas superiores .....	88
6.6	O uso da teoria do domínio do fato de Roxin pelo MP e pelo Judiciário.....	91

## CAPÍTULO 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
7.1 Os embargos de declaração .....	99
7.2 Ação declaratória de nulidade absoluta da sentença ( <i>querela nulitatis insanabilis</i> ).....	100
7.3 Recursos.....	101
7.4 <i>Habeas corpus</i> .....	104
REFERÊNCIAS.....	107